

Criação de 787 comissionados no TJ passa na Assembleia

08 NOV 2011

Contratações sem concurso público vão custar R\$ 32,1 milhões por ano aos cofres públicos

Euclides Lucas Garcia

Os deputados estaduais aprovaram ontem, em primeira discussão, o projeto de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) que prevê a criação de 787 cargos em comissão — que não necessitam de concurso público e para os quais as pessoas são nomeadas por livre escolha — no órgão. Se passar em todas as votações e virar lei, o impacto da medida será de R\$ 32,1 milhões por ano nas contas públicas.

De acordo com o presidente do TJ, desembargador Miguel Kfouri Neto, a maioria dos cargos será criada para atender às demandas do Poder Judiciário. "Com esses cargos, todos os magistrados do Paraná terão um assessor. A digitalização deu mais celeridade aos processos e é necessário que o magistrado tenha uma pessoa para auxiliá-lo", justificou.

Kfouri afirmou ainda que a não realização de concurso público para o preenchimento das 787 vagas se deve a questões financeiras e trabalhistas. "O salário para cada cargo é de R\$ 2,6 mil. Talvez não tenha tantos bacharéis dispostos a ir trabalhar em Barracão [no Sudoeste do estado], por exemplo, por este salário", disse. "Além do mais, nós evitamos o vínculo



Elton Welter: Tribunal de Justiça precisa cumprir norma estabelecida pelo CNJ.

ESTRUTURA

Deputados aprovam cargos para o MP

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou ontem, em segunda discussão, o projeto enviado pelo Ministério Público Estadual (MP) que prevê a criação de 112 vagas para serem preenchidas por concurso público e de 89 cargos comissionados, de livre provimento. O custo das novas vagas, que está calculado em R\$ 1,8 milhão, será pago por meio do orçamento do próprio MP. Em nota, a assessoria do Ministério Público informou que "se trata de uma contratação emergencial, pois os quadros da instituição encontram-se, há muito, defasados". Com uma estrutura de 1.894 pessoas, o órgão deve gastar R\$ 25 milhões com pessoal neste ano. (ELG)

trabalhista. É um cargo que exige confiança e ainda vamos analisar a produtividade. Se for baixa, é só exonerá-lo.

Nomeações

Caso o projeto seja aprovado em definitivo, as nomeações começam em 1.º de fevereiro de 2012. Com isso, a folha de pagamento do TJ saltaria dos atuais R\$ 80 milhões para pouco mais de R\$ 112 milhões por mês, em salários, no próximo ano.

Em discurso no plenário, porém, o deputado Elton Welter (PT) ressaltou que o TJ preci-

sa cumprir norma estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em setembro de 2009, segundo a qual pelo menos a metade dos cargos em comissão deve ser destinada aos servidores efetivos do Poder Judiciário. Na última visita de inspeção do CNJ, em novembro de 2009, verificou-se que o tribunal paranaense descumpria a determinação. Para checar se o órgão corrigiu essa e outras 112 irregularidades detectadas há dois anos, o conselho voltará ao Paraná para uma nova inspeção no fim deste mês.

GAZETA DO POVO

PATRIMÔNIO

Alep oficializa a "perda" de 48 carros

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) deu oficialmente por perdidos os 48 carros que "sumiram" do patrimônio da Casa entre 1991 e 2003. O deputado estadual Reni Pereira (PSB), que desde fevereiro presidiu uma comissão para apurar a situação patrimonial do Legislativo, afirmou ontem, ao encerrar os trabalhos, que será feita a baixa dos veículos. Isso significa que só agora, oficialmente, os carros desaparecidos saem do inventário da Assembleia.

A Gazeta do Povo informou em maio deste ano que o desaparecimento dos 48 carros fez com que a taxa de furto na Assembleia fosse 52 vezes maior do que a média de Curitiba. Todos os veículos tiveram seus furtos informados, na época, à Polícia Civil, mas nenhum foi recuperado.

A Assembleia tinha oficialmente 55 carros. Além dos 48 que foram perdidos, há seis que ainda estão em uso no Legislativo. E há um 55.º automóvel — um Monza — que ainda está desaparecido e que, oficialmente, não teve roubo registrado na polícia. Agora, dos seis carros que restam, a Assembleia pretende leiloar quatro.

Patrimônio

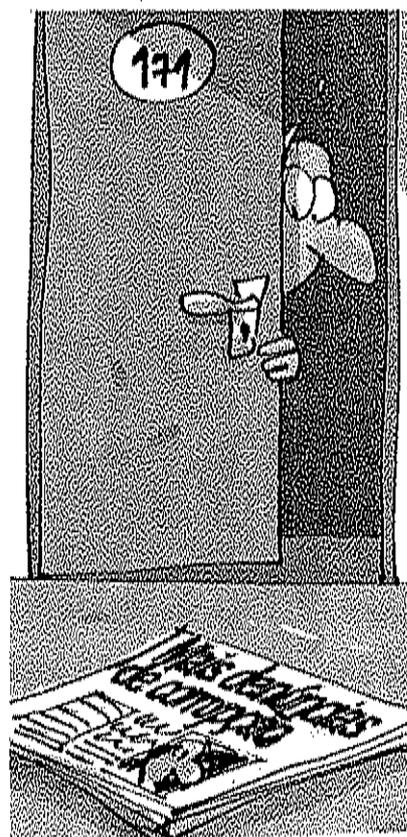
A conclusão da comissão foi de que, no total, somando bens móveis e imóveis, o Legislativo paranaense tem patrimônio de cerca de R\$ 50 milhões. A maior parte é de imóveis. Os objetos de arte

08 NOV 2011

somam R\$ 600 mil. Só o que ficou sem preço foram alguns móveis. A avaliação custava mais de R\$ 20 mil, segundo Reni Pereira, e ficou para depois.

De acordo com Pereira, a importância do inventário entregue ontem pela comissão ao presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), é permitir um acompanhamento do que é feito com o patrimônio da Casa. Todos os bens estão recebendo placas de identificação e sua movimentação passará a ser registrada.

TIAGO RECCHIA



Ficha Limpa avança no Legislativo

A proposta que proíbe a nomeação para cargos comissionados, nos três poderes estaduais, de pessoas com ficha suja na Justiça foi aprovado ontem, em segunda discussão, na Assembleia Legislativa do Paraná. Pelo projeto, passaria a ser exigida a ficha limpa a pessoas que sejam nomeadas para cargos em comissão — de indicação política, que não exigem a necessidade de admissão por concurso público — no governo estadual, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público e na própria Assembleia. Para passar a valer, a medida precisa ser aprovada em pelo menos mais uma votação e ser sancionada pelo governador Beto Richa (PSDB). Assinam o projeto os deputados André Bueno (PDT), César Silvestri Filho (PPS), Stephanes Jr. (PMDB), Marcelo Rangel (PPS) e Ney Leprevost (PSD).

GAZETA DO POVO

SALÁRIO EXTRA

**Após
polêmica,
gratificação
de presidentes
é derrubada**

08 NOV 2011

Por unanimidade, os deputados estaduais aprovaram ontem, em primeira discussão, o projeto que acaba com a gratificação paga ao presidente da Assembleia Legislativa do Paraná pelo exercício do cargo de chefe da Casa.

Desde 1992, por meio de um decreto assinado pelo ex-presidente da Assembleia Aníbal Khury, o deputado que estivesse ocupando a presidência tinha direito a receber um adicional no mesmo valor da remuneração paga aos parlamentares. Como atualmente a remuneração de um deputado estadual é de R\$ 20 mil, o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), recebia mensalmente R\$ 40 mil desde fevereiro, quando assumiu o comando do Legislativo. O valor, no entanto, ultrapassava em quase 50% o teto máximo permitido para a remuneração no funcionalismo público, que é de R\$ 26,7 mil.

Diante da repercussão negativa da irregularidade após reportagem publicada pela Gazeta do Povo, o tucano, que inicialmente havia dito que não pretendia abrir mão do benefício, devolveu os R\$ 160 mil recebidos pela gratificação e assinou o projeto que elimina o salário extra. O caso, porém, está sendo investigado pelo Ministério Público Estadual (MP), por meio da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público.



Rossoni: diante da repercussão, o tucano devolveu R\$ 160 mil.

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

08 NOV 2011

DE HOJE

História

Um dos mais importantes juristas brasileiros da atualidade, o professor René Ariel Dotti comemora hoje 50 anos de intensa militância profissional. Centenas de amigos de todo o país vão homenageá-lo em ato programado para as 20 horas no Graciosa Country Club. Dotti se notabilizou especialmente como professor de Direito Penal na UFPR, por sua participação na reforma do Código Penal e, sobretudo, por sua luta em defesa das liberdades democráticas.

BESSA

Bem aplicado

O juiz Pedro Sanson Corat, da Vara de Inquéritos Policiais, e o delegado Wagner Mesquita de Oliveira, da Divisão de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, repassaram ontem ao Provopar uma carga de eletrodomésticos, computadores, televisores e mobiliário, além de 25 mil reais em dinheiro. A doação foi recebida pessoalmente pela secretária da Família e presidente do Provopar, Fernanda Richa. Os aparelhos e o dinheiro foram apreendidos em operações da PR.

CORREÇÃO

A Gazeta do Povo errou ao cravar o nome do município de Pinhais no título de uma nota publicada na edição do último sábado. O texto informava sobre a decisão judicial que condenou a prefeitura de São José dos Pinhais — e não Pinhais — a indenizar um casal que perdeu o filho recém-nascido logo após o parto em um hospital da cidade. Aos leitores, nossas desculpas.

GAZETA DO POVO

CEZAR BUENO

08 NOV 2011

Populismo penal e banalização do crime

O Estado admite que a sociedade não pode esperar da polícia uma solução realista para os pequenos crimes

Nos últimos 40 anos, o modelo de Estado criminal fundado na ideia de prevenção do crime, prisão e ressocialização dos infratores vem acumulando fracassos e desconfiança social generalizada. Autoridades políticas e setores da segurança pública inglesa admitem, por exemplo, que uma imensa quantidade de atos e comportamentos criminais ocorre todos os dias, porém, apenas uma ínfima parte de tais atos é denunciada à polícia pelas vítimas.

Nos anos 90, autoridades oficiais britânicas afirmavam que menos de 3% do total de delitos ocorridos no país foram resolvidos pelo Poder Judiciário. No Brasil, a situação não é diferente. Do universo estorrecedor de atos e comportamentos considerados crimes e praticados diariamente, um percentual írisório chega à polícia e uma cifra ainda menor vai ao Ministério Público e aos juízes criminais para efeito de sentenças condenatórias.

A erosão da lei e da ordem tem levado os governos a adotarem um duplo e contraditório discurso para enfrentar a situação. Num primeiro momento, investe-se na produção de um discurso penal populista visando identificar uma parcela dos infratores como inimigos cruéis e implacáveis da sociedade. Neste caso, os novos arquitetos e justiceiros da segurança pública erguem o tom da voz e abusam das palavras em defesa da lei e ordem. Esse discurso demagógico e ultrapunitivo vale-se da manipulação das emoções e da insegurança para convencer a sociedade a se livrar de qualquer custo do sequestrador, do traficante, do esturpador, do pedófilo etc. O passo seguinte é justificar a urgência de reformas da legislação criminal em prol do encarceramento em massa, da prisão perpétua e de mais dinheiro para a construção de prisões.

Por outro lado, de maneira menos visível e sem alarde midiático, o Estado admite que a sociedade não pode esperar da polícia uma solução realista para os pequenos crimes como furtos a lojas, assaltos relâmpagos e tantos outros, que apavoram. Essa segunda estratégia simplesmente inverte a primeira, com o objetivo de convocar e responsabilizar diretamente a sociedade civil pela contenção e prevenção do delito. Essa retórica oficial de privatização e terceirização do controle do crime exige a construção de um modelo teórico de política criminal capaz de oferecer uma nova explicação em torno do infrator e da vítima.

Intelectuais integrados e setores da segurança pública apropriam-se da teoria da racionalidade econômica e tentam convencer a sociedade a ver, na imagem do pequeno gatuno, não um violador implacável e que mereça intervenção policial, mas um consumidor racional à procura de oportunidades propícias ao delito. O novo bandido profissional vê, portanto, na pessoa da vítima, uma fornecedora de ocasiões propícias ao crime. Com isso, o Estado exime-se de responsabilidade, descola o problema da explosão dos pequenos delitos em direção à vítima e a acusa diretamente por dar mole e facilitar as coisas para o bandido.

CONTINUA

08 NOV 2011
GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO

O abandono das políticas criminais preventivas por parte do Estado condena setores da classe média a dispor de recursos próprios como meio de buscar proteção, recorrendo-se ao mercado de policiamento privado. Enquanto isso, as classes subalternas, sem recursos financeiros para comprar segurança e sem proteção efetiva do Estado, não têm a quem recorrer.

Enquanto o sistema de segurança pública limita-se a dar espetáculo e dispor da maior parte de suas ações e recursos na solução e captura de certos crimes e inimigos supostamente ferozes, a multidão silenciosa vê-se cotidianamente golpeada por uma infinidade de pequenas infrações, cuja solução já não interessa aos populistas criminais.

Cezar Bueno, doutor em Sociologia, é professor da PUCPR. E-mail: c.bueno@pucpr.br

GAZETA DO POVO

ANISTIA INACEITÁVEL

08 NOV 2011

A mais recente iniciativa de jogar para debaixo do tapete a sujeira do mensalão foi a tentativa de inclusão na pauta da CCJ da Câmara do projeto que anistia os deputados cassados envolvidos no caso

Os brasileiros preparam-se para acompanhar, em 2012, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do escândalo do mensalão, reconhecido como o maior estelionato político perpetrado na história republicana do país. A matéria, ainda sem data definida para entrar na pauta do STF, já vem suscitando tentativas e manobras com o objetivo de desqualificar os seus reais objetivos. A intenção declarada é reduzir a dinheirama que envolveu partidos políticos, parlamentares, publicitários e bancos para a compra de apoio político no primeiro governo Lula a um mero problema de caixa 2 de campanha. O próprio ex-presidente Lula, reiteradas vezes negou a sua existência, qualificando-o de "fraude" que nunca existiu e que pretendia desmascarar quando deixasse o governo.

A mais recente iniciativa de jogar para debaixo do tapete a sujeira do mensalão foi a tentativa de inclusão na pauta de amanhã da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara do projeto que anistia os deputados cassados envolvidos no caso. A descabida proposta beneficiaria diretamente José Dirceu (PT-SP), Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Pedro Cordeiro (PP-SP), punidos com a cassação do mandato e igualmente réus no processo que tramita no Supremo. Dada as reações negativas partidas de entidades como a OAB e da oposição, o presidente da CCJ, deputado João Paulo Cunha, um dos mensaleiros citados no processo, retirou a matéria de pauta. Na hipótese de que viesse a ser aprovada a anistia, os três recuperariam os direitos políticos suspensos por 8 anos, tornando-os aptos a voltar a concorrer a cargos eletivos.

Apontado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, como o "chefe da quadrilha" do mensalão, o ex-ministro José Dirceu vem se empenhando ativamente para retornar à vida pública. O primeiro passo seria a absolvição no processo que corre no STF; uma vez superado esse obstáculo, Dirceu já antecipou que pretende concentrar esforços para obter a anistia no Congresso. Pela gravidade dos crimes cometidos — formação de quadrilha, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, corrupção ativa e passiva, falsidade ideológica e peculato — não só é descabida uma anistia como também a possibilidade de o processo que corre no Supremo terminar sem a condenação dos implicados.

A dimensão do golpe pode ser avaliada pelas palavras do procurador-geral, Roberto Gurgel, que em sua denúncia qualificou o mensalão como a "mais grave agressão aos valores democráticos que se possa conceber". Segundo ele, "no momento em que a consciência do representante eleito pelo povo é corrompida em razão do recebimento de dinheiro, a base do regime democrático é irremediavelmente ameaçada".

O relator do processo é o ministro Joaquim Barbosa, que anunciou pretender concluir o seu trabalho até o próximo mês de dezembro, permitindo que o caso vá a julgamento ainda no primeiro semestre de 2012. A verdade é que a decisão final sobre o mensalão pode se tornar um divisor de águas na política brasileira, desde que os réus, pelas provas apensadas ao processo, venham a ser responsabilizados pelos crimes cometidos. Em caso contrário, mais uma vez a sociedade assistirá à vitória da impunidade, situação que lamentavelmente ocorre com frequência na vida pública do país.

08 NOV 2011

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Dilma escolhe ministra do TST para vaga no Supremo

Gaúcha discreta e impermeável a pressões vai para o STF

■ Gaúcha, discreta, impermeável a pressões, Rosa Maria Weber Candiota foi escolhida pela presidente Dilma Rousseff para a vaga de Ellen Gracie, primeira mulher ministra do Supremo Tribunal Federal e aposentada em agosto. Rosa Maria atuava no Tribunal Superior do Trabalho e contou com apoio do ex-marido da presidente, Carlos Araújo.

A ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Rosa Maria Weber Candiota foi indicada pela presidente Dilma Rousseff para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) com a aposentadoria, em agosto, da ministra Ellen Gracie. Rosa Maria tinha como cabo eleitoral Carlos Araújo, ex-marido da presidente. Conforme integrantes do governo, Rosa Maria atende a requisitos tidos como essenciais para a vaga. É considerada discreta e não seria permeável a pressões, por exemplo, da opinião pública.

A escolha foi fechada ontem pela presidente Dilma em reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A indicação será publicada hoje no Diário Oficial da União. Depois, Rosa Maria terá de ser sabatinada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Se aprovada pela CCJ, seu nome será submetido ao plenário do Senado.

Nascida em Porto Alegre, Rosa Maria tem 63 anos e deve ficar no Supremo por sete anos, até completar 70. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ela entrou para a magistratura em 1976. Em 1991, chegou ao Tribunal Regional do Trabalho e tomou posse no TST

em 2006, nomeada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Rosa Maria foi escolhida num processo que se arrasta desde agosto, quando a ministra Ellen Gracie deixou o Supremo. Ellen foi primeira mulher a ser indicada para o STF. Na disputa pela vaga, superou as ministras do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi e Maria Thereza de Assis Moura e a ministra do Superior Tribunal Militar (STM) Maria Elizabeth. Desde o início do processo, Dilma havia estabelecido que indicaria uma mulher. Seus assessores chegaram a analisar os nomes de dezenas de desembargadoras.



Rosa Maria Candiota contou com o apoio do ex-marido de Dilma para superar outras candidatas à vaga de Ellen Gracie, que se aposentou em agosto.

08 NOV 2011

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA FEDERAL

TRF anula multa milionária contra empresa de grãos

O Tribunal Regional Federal de Porto Alegre (RS) anulou a multa de R\$ 8,7 milhões aplicada pelo Banco Central (Bacen) contra a empresa da área de grãos Ovetril Óleos Vegetais, numa das ações mais controversas do setor. A empresa é acusada de descumprir contratos de exportação e importação envolvendo operações de câmbio e teve de ajuizar ação contra o Bacen para reverter a multa, que inicialmente chegava perto de R\$ 150 milhões e foi reduzida pela Justiça Federal de Curitiba. O caso, que se arrasta há mais de uma década, bloqueou os negócios da Ovetril, que era uma das exportadoras mais influentes do mercado paranaense e hoje concentra-se em outros elos da cadeia da soja e do milho. Segundo os advogados que representam a empresa — da Alceu Machado, Sperb & Bonat Cordeiro —, a Ovetril descumpriu contratos de exportação em decorrência de dificuldades comerciais e de mercado. Eles acreditam que a suspensão da multa será mantida pelo Superior Tribunal de Justiça, já que o Bacen recorreu da decisão do TRF.

R\$ 146 milhões

era o valor inicial da multa aplicada pelo Bacen à Ovetril, num processo que se tornou histórico também por ter suspenso as exportações de grãos da empresa.

GAZETA DO POVO

FLAGRANTE

Padre é acusado de molestar menina

08 NOV 2011

■ O padre Marco Túlio Simonini, de 51 anos, foi preso na noite de domingo acusado de molestar uma criança de 7 anos no clube Thermas de Londrina. Segundo o porta-voz da Polícia Militar (PM), Ricardo Eguedis, os seguranças do local fizeram a prisão dele após presenciarem o padre passando a mão nas genitálias da vítima. Apesar de não ter havido conjunção carnal, o crime é caracterizado por estupro de vulnerável, ou seja, a prática de qualquer ato libidinoso com pessoas de até 14 anos. A pena é de reclusão de 8 a 15 anos.

A Arquidiocese de Londrina informou que não "cabe nenhuma ação" específica no caso do padre. Em entrevista coletiva na tarde de ontem, o reitor do Seminário Paulo VI (local onde o sacerdote residia), padre Rafael Solano, afirmou que a falta de uma ação da Igreja se deve ao fato de o sacerdote estar licenciado das atividades há um ano. No entanto, ele afirmou que foi pego de surpresa com a notícia. Segundo o reitor, Simonini foi aluno dele durante a formação sacerdotal e em nenhum momento apresentou qualquer "manifestação de transgressão moral".

O reitor ressaltou que, mesmo licenciado, o padre continuava residindo no seminário e tinha uma rotina pacata. Ele disse ainda que casos semelhantes "têm sido a grande ferida da Igreja" nos últimos anos. O reitor ressaltou que o assunto é debatido com os seminaristas, mas disse que é difícil identificar todos os alunos que "apresentam esse tipo de comportamento". "Quando identificado, é solicitado que o aluno se afaste da formação sacerdotal."

08 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Crack evidencia fragilidade da rede de saúde no interior do país

Seis em cada 10 cidades do país alegam não ter estrutura e recursos suficientes para enfrentar epidemia de dependência química

O avanço do crack no Brasil está esgotando a capacidade de atendimento das redes municipais de saúde. A medida que a droga se aproxima da universalização (atualmente está presente em 91% dos municípios), expõe a insuficiência de recursos para o atendimento aos usuários. Aproximadamente 63% das cidades brasileiras avaliam ter problemas como falta de leitos para internação, carência de remédios e falta de profissionais especializados em dependência química.

A relação é reforçada na pesquisa *A Presença do Crack nos Municípios Brasileiros*, realizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Ontem foram divulgados novos dados sobre o levantamento, feito a partir de questionário aplicado em 4.430 municípios. Quando perguntados sobre as áreas da administração mais afetadas pelo problema das drogas, a saúde foi o setor mais citado, seguido por segurança, assistência social e educação. "Isso ocorre porque os serviços de saúde são municipalizados, em grande parte. Ao contrário da segurança, que é uma

função do governo estadual", relaciona Paulo Ziulkoski, presidente da CNM.

A falta de fôlego para o combate à dependência também se revela na falta de instituições responsáveis de prevenção, auxílio e formação de políticas públicas. Apenas 12,4% dos municípios têm conselhos anti-drogas, e a presença de centros de assistência social e psicossocial não ultrapassa 10% dos municípios pesquisados (veja lista completa no gráfico). "Precisamos reunir a sociedade civil e discutir o papel de cada esfera na luta contra as drogas", defende Ziulkoski. "Ao mesmo tempo em que as prefeituras estão fazendo o que é possível, o país precisa controlar melhor as fronteiras e a venda de bicarbonato de sódio e amônia, usados para transformar a pasta de cocaína em crack", completa.

Substituto

O perigo do crack se torna mais imediato pelo fato de esta droga ser comumente usada em substituição à maconha, cocaína ou mesmo álcool — um problema cada vez mais identificável em pequenas cidades e áreas rurais. "O crack hoje é a segunda droga mais consumida no Brasil. Por causa do preço, ela está se tornando mais fácil de ser encontrada do que as outras", alerta o especialista em saúde mental Marino de Oliveira, membro da Associação Nacional dos Terapeutas em Dependências Químicas.

Oliveira ressalta que, devido a mudanças legais nos processos de internação para tratamentos mentais, os municípios tiveram a sua capacidade de atuação limitada. "A criação de estruturas de apoio está atrelada ao número de habitantes em cada cidade, de forma que um pequeno município está impedido de abrir um Caps-1 [Centro de Atenção Psicossocial — Nível 1]. Em contraste, o crack tem um poder viciante difícil de combater sem internação por um período prolongado", aponta.

Financiamento

Ainda segundo a pesquisa da CNM, o financiamento de ações contra as drogas custa, em média, R\$ 2,5 milhões por município. Segundo a instituição, esse valor é desproporcional em relação aos estados e à União. O estudo ressalta que em 2010 foram autorizados R\$ 124 milhões do orçamento federal para a gestão da política nacional sobre drogas. Desse montante, R\$ 90 milhões foram empenhados e R\$ 5,3 milhões efetivamente pagos. Em 2011, foram autorizados R\$ 33,6 milhões, com R\$ 6,3 milhões empenhados até o momento e dos quais R\$ 4,7 milhões pagos.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

UMA DROGA UNIVERSAL

08 NOV 2011

Nove em cada dez cidades brasileiras afirmam que o crack está presente em meio à população. Para a maioria, a droga é um grave problema social que impacta diretamente na saúde pública e também na segurança.

Números em porcentagem dos municípios que responderam à pesquisa (4.430 municípios brasileiros, entre os quais 349 são paranaenses)

	Brasil	Paraná
Qual droga está presente no município?	Crack	91,2
	Outras drogas	92,8

	Brasil	Paraná
O município enfrenta problemas sociais relacionados ao consumo de drogas?	Sim	92,9
	Não	5,7
	Não respondeu	0,3

	Brasil	Paraná
Quais setores públicos são mais afetados pelo problema das drogas?	Saúde	63,7
	Segurança	58,5
	Assistência Social	44,6
	Educação	37,9
	Outros	12,3
		50,1

Municípios que têm:	Brasil	Paraná
Conselho Tutelar	31,6	37
Centro de Referência de Assistência Social	30,9	36,4
Conselho Municipal Antidrogas	12,4	16,3
Centro de Referência Especializado de Assistência Social	9,4	8
Centro de Atenção Psicossocial	6	5,7
Núcleo de Apoio à Saúde da Família	7,4	3,7
Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População de Rua	0,5	0,6
Outras instituições que integram a rede de assistência*	9,2	7,5

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 08 NOV 2011

Em Castro, entorpecente alimenta a criminalidade

CASTRO

Maria Glzele da Silva,
da sucursal de Ponta Grossa

Com 67.084 habitantes (Censo de 2010), Castro, nos Campos Gerais, sofre os efeitos do consumo de crack nos casos de roubos e homicídios. A área central deixou de ser a mais visada e os comerciantes dos bairros têm de apelar para o reforço da segurança privada. A cidade está entre os 42 municípios do Paraná com mais de 500 denúncias relatadas ao serviço Narcodenúncia-181, da Polícia Militar, que concentra as ocorrências relacionadas a drogas.

Dono de um mercado no Jardim Arapongas, Eriko Gonçalves instalou alarme, câmera de segurança, grades e cerca elétrica na propriedade. Ele foi assaltado uma única vez,

mas teme voltar a ser vítima. "O ideal seria contratar um segurança fixo, mas é muito caro. A segurança pública não faz a parte dela", reclama. A poucas quadras dali, a gerente de uma farmácia Rosane Simão tenta esquecer o trauma de ficar com um revólver encostado no pescoço. "Foi horrível, já tivemos uns cinco assaltos em quatro anos, mas da última vez eles dispararam até tiros dentro da farmácia", relata. Para Gonçalves, é possível que os assaltos na cidade estejam relacionados ao crack. "São pessoas que roubam para se manter no vício", aponta.

Ocorrências

O comandante da PM, capitão Marcelo Moreira Sô, acrescenta que dos dez homicídios ocorridos

neste ano no município, metade está ligada à dependência do crack. Conforme balanço do serviço 181, entre junho de 2006 e outubro deste ano, foram feitas 703 denúncias em Castro. Houve ainda 253 prisões e foram apreendidas 22.917 pedras de crack no período.

"O crack vicia muito rápido", lembra a psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial (Caps) de Castro, Lucimar Coneglian. Ela atende a pessoas com transtornos mentais e usuários de álcool. "O nosso Caps é de transtornos mentais. Na última conferência de saúde que tivemos, o Caps-AD, que é para álcool e drogas, foi colocado como uma necessidade", afirma, lembrando que ainda não há previsão de implantação do serviço na cidade.

R\$ 2,5 milhões

por cidade, em média, é quanto custa o financiamento de ações contra as drogas, segundo a pesquisa *A Presença do Crack nos Municípios Brasileiros*, feita pela Confederação Nacional dos Municípios.

"Precisamos reunir a sociedade civil e discutir o papel de cada esfera na luta contra as drogas."

Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

CONTINUA

Consumo da droga agrava segurança em 58% das cidades

Para as administrações municipais, a segurança é o segundo setor mais afetado pela presença de comércio e consumo de drogas. Na pesquisa *A Presença do Crack nos Municípios Brasileiros*, realizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), 58% das prefeituras pesquisadas relatam ter identificado uma relação direta entre essas duas questões. Os problemas mais comuns são o aumento de furtos, roubos, violência doméstica, assassinatos e vandalismo, além do surgimento de áreas sem policiamento em regiões com grande presença de traficantes.

O terceiro prejuízo mais recorrente ocorre na área de assistência social, problema

identificado por 44,6% das prefeituras. Neste campo estão relacionados os problemas de desestruturação familiar causados principalmente pelo crack — cujos males são mais imediatos e profundos. O abandono do trabalho e dos estudos, por vezes agravado pela mendicância e prostituição infantil, dificultam a reinserção no meio social.

O processo educacional também é afetado. Para 37,9% dos municípios, o uso de drogas causa baixo rendimento, vandalismo, envolvimento com gangues e, por último, evasão escolar. É nesse momento que os jovens ficam mais vulneráveis a ser recrutados pelo tráfico.

Dependente químico precisa querer se tratar para largar o vício

LONDRINA

Juliana Gonçalves, da sucursal

A recuperação do usuário de crack depende de sua própria vontade, o que acaba sendo uma barreira no tratamento, como lembra o presidente do Conselho Municipal de Álcool e Drogas (Comad) de Londrina, José Carlos Camargo. O Comad trabalha com sete entidades conveniadas à prefeitura de Londrina para oferecer tratamento e recuperação a usuários de drogas. A porta de entrada é o Centro de Atenção Psicossocial-Álcool e Drogas (Caps-AD), que oferece três opções de tratamento: ambulatorial, grupos de apoio ou internação. As entidades atendem, em média, 740 usuários nas três modalidades, sem contar os atendimentos feitos no próprio Caps, e segundo Camargo, há fila de espera.

Londrina é responsável ainda pelo atendimento regional. Em Araçongas, distante 40 quilômetros, por exemplo, o tratamento contra o crack e outras drogas, é feito pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), que oferece serviços de proteção social. Em casos de maior dependência, os usuários são encaminhados para Londrina.

Com cerca de 100 mil habitantes, Araçongas ainda não enfrenta problemas maiores relacionados ao crack. Segundo a conselheira do Comad Araçongas, Michele de Oliveira, na maioria dos casos, são pequenos furtos para compra da droga, mas o município já se prepara para a evolução do cenário. "Já estamos fazendo um mapeamento dos usuários para podermos mapear também o atendimento", conta.

08 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

787 cargos no TJ e novo fundo

Além do reajuste das taxas do Detran, a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa ontem também aprovou, em primeira discussão, a criação de 787 cargos comissionados para o Tribunal de Justiça e a criação do Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná (Funesp/PR). O projeto do Judiciário prevê 667 cargos de assistente para juiz de Direito e 120 de assistente de desembargador, com remuneração mensal de R\$ 2.643,25, o que representa o impacto de R\$ 32,1 milhões na despesa com pessoal para o ano que vem.

Com a criação do novo fundo de segurança, ficam extintos, em 31 de dezembro, o Fundo de Modernização da Polícia Militar FUMPM, o Fundo Especial de Reequipamento Policial Funrespol, e o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná FUNCB. O Funesp/PR vai incorporar todas as suas receitas, inclusive os respectivos saldos financeiros existentes até a extinção, ressalvadas as receitas destinadas ao programa de assistência ao menor e de natureza social e as destinadas à pesquisa científica e tecnológica.

08 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Noiva abandonada no cartório será indenizada

O Tribunal de Justiça do Rio condenou um homem a pagar R\$ 9.181, 86 para a ex-noiva após deixá-la esperando no cartório, em outubro de 2009. A decisão da 6.^a Câmara Cível foi divulgada ontem. O réu alegou que não foi ao casamento porque a família da noiva era contra a mudança do casal de Magé para a cidade do Rio. Ele afirmou ainda que o noivado foi rompido antes da data do casamento. A desembargadora Cláudia Pires disse que nos autos não há indício de que o rompimento tenha ocorrido antes.

08 NOV 2011

**O ESTADO DE S. PAULO
SANTOS**

**Estado terá de indenizar
mãe de gari morto**

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o Estado pague indenização por danos morais de R\$ 165,5 mil para a mãe do gari Edson Rogério Silva dos Santos, assassinado em maio de 2006, aos 29 anos. Ele foi morto a tiros em Santos, no litoral paulista, após a onda de ataques de facções criminosas contra agentes de segurança. Sete ações semelhantes aguardam julgamento. Cabe recurso da decisão.

O ESTADO DE S. PAULO

Dilma confirma Rosa Maria para o Supremo

A ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Rosa Maria Weber Candiota foi indicada pela presidente Dilma Rousseff para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) com a aposentadoria em agosto da ministra Ellen Gracie. Rosa Maria tinha como cabo eleitoral Carlos Araújo, ex-marido da presidente Dilma Rousseff.

Conforme integrantes do governo, Rosa Maria atende a requisitos tidos como essenciais para a vaga. É considerada discreta e não seria permeável a pressões, por exemplo, da opinião pública.

A escolha foi fechada ontem pela presidente Dilma em reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A indicação será publicada no *Diário Oficial* da União nesta terça-feira. Depois, Rosa Maria terá de ser sabatinada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Se aprovada pela CCJ, seu nome será submetido ao plenário do Senado.

Nascida em Porto Alegre, Rosa Maria tem 63 anos e deve ficar no Supremo por sete anos, até completar 70. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ela entrou para a magistratura em 1976. Em 1991, chegou ao Tribunal Regional do Trabalho e tomou posse no TST em 2006, nomeada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Rosa Maria foi escolhida num processo que se arrasta desde agosto, quando a ministra Ellen Gracie deixou o Supremo, a primeira mulher a ser indicada para o STF. Na disputa pela vaga, superou as ministras do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi e Maria Thereza de Assis Moura e a ministra do Superior Tribunal Militar (STM) Maria Elizabeth. Desde o início do processo, Dilma havia estabelecido que indicaria uma mulher. Seus assessores chegaram a analisar os nomes de dezenas de desembargadoras.

08 NOV 2011

SONIA RACY

Aproximação

Gilmar Mendes está cotado para protagonizar as conferências do ano que vem... na ABL. Para engrossar o debate sobre ética na política, por causa de seu novo livro, *Estado de Direito e Jurisdição Constitucional*. O nome do ministro está sob avaliação dos confrades **Carlos Nejar** e **Evanildo Bechara**.

08 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Na zona rural do País, o crack já substitui álcool e violência cresce

Pesquisa da CNM indica preocupação crescente com a droga; 1/3 das cidades ainda relata tráfico ao lado de escolas

BRASÍLIA

Uma pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) mostra que a saúde é a área mais afetada nas cidades, por causa da circulação do crack. O levantamento de 2011 aponta ainda uma mudança na zona agrícola, onde foi constatada a substituição do álcool pelo crack, o que reflete em um aumento de casos violentos no campo.

O novo estudo, o segundo em um ano, também destaca a "interiorização da droga": em 18 de setembro, o Estado mostrou como a droga já entrou para o cotidiano do sertão nordestino. A primeira pesquisa da CNM, realizada em dezembro, identificou a presença do crack em 98% dos municípios pesquisados.

O trabalho mais recente indica que 63,7% dos prefeitos das 4.400 cidades participantes do levantamento consideram que as drogas provocam impacto negativo nesta área. A segurança é o segundo setor afetado: 58,5%, seguido pela assistência social, com 44,6%. Entre os gestores, 84,5% afirmaram que enfrentam problemas com a circulação de drogas em seu território.

A Educação também é uma área diretamente atingida pela presença do crack. Pelo estudo, uma em cada três prefeituras (38%) apontam problemas, especialmente em relação ao tráfico de drogas na proximidade de centros de ensino.

A pesquisa foi feita com base em um questionário disponível na internet. O trabalho indica ainda que, entre os prefeitos en-



Capital. Usuários de crack ocupam a Rua Helvetia

Acampamento de viciados ainda fecha rua em SP

● A Rua Helvétia continuou ontem tomada por um "acampamento" de viciados em crack, formado em 300 metros da via, localizada no centro de São Paulo, a poucos metros da Estação Júlio Prestes. Às 20h de ontem, centenas de viciados ignoravam

a presença de duas viaturas da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e faziam uma fogueira no meio da rua.

Como em outras duas vezes na semana passada, a reportagem teve de dar marcha à ré, pois a via estava interditada. Segundo os agentes públicos ouvidos, a ideia tem sido confinar os viciados em uma área com poucos moradores. O caso foi denunciado ontem pelo Estado. **DIEGO ZANCHETTA**

trevistados, 269 apontam o crack como o maior desafio a ser enfrentados nos próximos anos. As queixas são mais frequentes no Sudeste. Na região, 93 cidades relataram que enfrentam problemas com circulação de drogas, com destaque para o crack. Em seguida, vem o Sul, onde 72 prefeitos apontam o crack como principal problema.

Verbas. O presidente da CNM, Paulo Ziulkowski, afirma que os

reflexos do consumo de crack e outras drogas são sentidos principalmente nos serviços municipais e reclama da falta de definição, por parte do governo federal, das atribuições de cada esfera de governo nesta área. De acordo com ele, dos R\$ 124 milhões destinados a programas de prevenção e tratamento de pacientes usuários de drogas em 2010, no Fundo Nacional Antidrogas, apenas R\$ 5 milhões foram executados.

08 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

REGIÃO SERRANA

Justiça afasta prefeito de Nova Friburgo

O prefeito em exercício de Nova Friburgo, na região serrana do Rio, Demerval Neto, e o secretário de Governo,

R\$ 10 mi
FOI QUANTO A
UNIÃO DEU PARA
A RECONSTRUÇÃO
DE N. FRIBURGO

José Ricardo Carvalho de Lima, foram afastados preventivamente ontem pela Justiça, acusados de irregularidades. O rombo nos cofres chega a R\$ 318 mil.

A investigação começou em janeiro, após repasse de verba para a cidade, atingida pelos temporais que deixaram mais de 420 mortos só no município.

08 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Reunião na USP acaba sem acordo

Conversas para saída pacífica da Reitoria pouco avançam e expira prazo judicial para desocupação de prédio; PM está autorizada a agir

A negociação entre representantes da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP) e os estudantes que ocupam o prédio central da Cidade Universitária pouco avançou na reunião de ontem à tarde. Um movimento iniciado por cerca de 300 pessoas ocupa o prédio da Reitoria desde a última terça-feira e o prazo final para que deixem o local, fixado em acordo com a Justiça no sábado, terminou às 23h de ontem.

"Saímos descontentes com a proposta da Reitoria. Quase não houve mudanças em relação à última reunião. Se a plenária confirmar, os estudantes devem continuar no prédio", disse Rafael Alves, um dos representantes dos alunos, que reivindicam a saída da Polícia Militar do campus. "Caso haja violência contra os estudantes por parte da PM, o único responsável será o reitor."

De acordo com os estudantes, seria necessário um quórum mínimo de 300 pessoas para que pudesse ocorrer ontem à noite uma assembleia para definir o futuro do movimento. Como o quórum não estava confirmado até as 20h e uma eventual saída da Reitoria teria de passar por essa plenária, dificilmente o prazo estipulado pela Justiça seria cumprido pelos estudantes.

Ao contrário do que afirmam os alunos que ocupam o prédio, o professor Wanderley Messias da Costa, diretor de Relações Institucionais da Reitoria, afirmou que a USP cedeu em relação à proposta feita no último sábado.

Segundo Costa, a Reitoria se compromete a não punir funcio-

nários e alunos que sofrem processos administrativos relacionados a questões políticas com origem em protestos anteriores.

No sábado, o compromisso da Reitoria, de acordo com o professor Costa, era apenas que fosse criado um grupo de trabalho para rever os processos de funcionários e estudantes. Para ele, a mudança representa uma evolução nas negociações.

Os representantes da USP, que dariam a negociação por encerrada no fim do prazo fixado pela Justiça, também confirmaram a disposição de criar um outro grupo de trabalho misto - com representantes de funcionários e estudantes - para rever os procedimentos da Polícia Militar na USP. "Mas está fora de cogitação a retirada da PM", afirmou Costa, fazendo coro ao reitor João Grandino Rodas.

Na assembleia da última quinta-feira, os estudantes votaram que só deixariam a Reitoria caso três pontos do movimento fossem contemplados: a retirada da PM, a revogação do acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) e a revogação dos processos contra funcionários e trabalhadores.

Reintegração de posse. A Polícia Militar recebeu na tarde de ontem um pedido da juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, da 9.ª Vara da Fazenda Pública, para que a polícia se mobilizasse para uma eventual reintegração de posse do prédio da Reitoria, a partir das 23h de ontem.

"Vamos mobilizar as tropas, mas não significa que a polícia vá entrar assim que o prazo das 23h vencer", afirmou, na tarde de ontem, o coronel Álvaro Batista Camilo, comandante-geral da PM. "Vamos estudar o melhor momento e ainda temos esperança de uma solução pacífica. Legalmente, a reintegração de posse pode ser feita em qualquer horário", disse.

Ontem, alunos faziam panfletagem para divulgar o calendário do movimento. Hoje, às 14h, passeata partirá da frente da Reitoria ocupada. Amanhã, está marcada uma assembleia no local.

08 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Paulo Preto e Eduardo Jorge rejeitam acordo na Justiça

Em audiência, tucanos que protagonizaram disputa na eleição de 2010 decidiram continuar com as ações

Sem acordo perante as barras da Justiça, o engenheiro Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, e o vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge, protagonistas de capítulo que marcou as eleições de 2010, encontraram-se ontem em audiência na 29.ª Vara Cível do Fórum João Mendes, em São Paulo. Durante cerca de uma hora os dois acompanharam os depoimentos das testemunhas arroladas por Paulo, que move ação contra Jorge por danos morais e pleiteia R\$ 1 milhão a título de indenização.

O cerne da questão é uma entrevista que Jorge concedeu a uma revista semanal, em agosto do ano passado, na qual teria declarado que Paulo, ex-presidente da Desenvolvimento Rodoviário S/A (Dersa) no governo José Serra, dera sumiço em R\$ 4 milhões da campanha do partido à Presidência da República.

Da acusação valeram-se oponentes do PSDB, até Dilma Rousseff, então candidata do PT na corrida ao Palácio do Planalto.

Foi a segunda vez que os rivais foram à Justiça - em fevereiro, eles já haviam ficado frente a frente, mas em outro endereço, o Fórum da Lapa, em processo de caráter criminal, que ainda se arrasta. Na ocasião, Jorge afirmou que jamais fez a declaração que tanto indigna Paulo. Ele informou ter enviado carta à revista pedindo retificação.

Ontem, no 13.º andar do Fórum João Mendes, os dois aguar-

daram a chamada do oficial de Justiça mantendo distância um do outro, acompanhados de advogados - Mariana Pereira da Cunha, defensora de Jorge, e Edgard Leite, defensor de Paulo.

Já na sala de audiência foi indagado a eles se queriam fazer acordo para por fim à pendência. Nem um nem outro aceitou a proposta e prosseguiu a audiência de instrução, que reuniu cinco testemunhas do lado do autor - entre elas eminência tucana, Aloysio Nunes Pereira, senador por São Paulo, em situação insólita, porque amigo de ambas as partes. Aloysio poderia ter feito valer suas prerrogativas para depor no Senado. "Prefiro vir pessoalmente para o juiz formar sua convicção", ponderou.

"O único acordo que eu aceito é ele (Paulo) pedir desculpas", declarou Eduardo Jorge, à saída. "Mantenho integralmente o que disse à revista, mas não aquilo que foi publicado."

"Não tem acordo, nunca terá", disse Paulo. "Procurei a Justiça com o objetivo de exatamente de saber quem é o mentiroso", prosseguiu sem apontar nomes. "Uns covardes do PSDB mentem em off. Quem mentiu que responda. Se tiverem peito que venham a público."

08 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Dilma nomeia para vaga no Supremo
gaúcha do Tribunal Superior do Trabalho

Ministra do TST é indicada para vaga no Supremo

Presidente Dilma escolheu Rosa Candiota para ocupar a cadeira deixada por Ellen Gracie, que se aposentou

Juíza de carreira, Rosa havia sido escolhida para o Tribunal Superior do Trabalho pelo ex-presidente Lula

ANDRÉIA SADI
DE BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff decidiu ontem que a gaúcha Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, 63, será a terceira mulher da história a se tornar ministra do STF (Supremo Tribunal Federal).

Para que tome posse, porém, a indicação ainda precisa ser aprovada pelo Senado.

Ela ocupará a vaga deixada por Ellen Gracie, que decidiu se aposentar em agosto deste ano. Ellen foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira do tribunal e a única presidente do STF até hoje.

A escolha aconteceu após um processo de seleção, com a análise do perfil de mais de 15 candidatas.

Juíza trabalhista de carreira, Rosa é hoje ministra do TST (Tribunal Superior do Trabalho), escolhida para o cargo pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A escolha foi feita em reunião durante a tarde de ontem e confirmada pelo porta-



Rosa Candiota, ministra do Tribunal Superior do Trabalho

voz da presidência, Rodrigo Baena. Ainda ontem o ato da indicação foi assinado pela presidente e segue para o Senado Federal.

Para ser indicada pela presidente, a gaúcha contou com o apoio do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e do ex-marido de Dilma, o advogado trabalhista Carlos Araújo.

Rosa Weber passou a ser a favorita no decorrer do processo e não era sequer cogitada como uma das candidatas assim que Ellen Gracie deixou o tribunal.

Após diversas conversas

com ministros da Dilma durante os últimos três meses, ela desbancou outras mulheres consideradas politicamente mais fortes, como a ministra do STM (Superior Tribunal Militar) Maria Elizabeth, que tinha o apoio de José Antonio Dias Toffoli e do ex-ministro José Dirceu.

Também eram considerados os nomes das ministras do STJ Nancy Andrighi e Maria Thereza Rocha. Rosa sempre atuou na área trabalhista e será a primeira vez que ela atuará com outros temas.

08 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Estado é condenado a indenizar família de gari morto por policiais

DE SÃO PAULO - O Tribunal de Justiça de SP condenou o Estado a indenizar em R\$ 165 mil os familiares do gari Edson Rogério Silva dos Santos, 29, morto a tiros em 15 de maio de 2006, durante a primeira onda de ataques da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) contra as forças de segurança paulistas.

Essa é a primeira decisão em que a Justiça condena o Estado pela morte de um inocente durante os ataques do PCC. Ainda cabe recurso.

O gari foi morto em Santos (72 km de SP) logo após sua moto ficar sem gasolina e ele ter sido abordado por policiais. No dia anterior ao crime, ele

havia participado da festa de aniversário de sua mãe, Débora Maria da Silva, quando seus familiares também comemoraram o Dia das Mães.

Após a morte do filho, Débora se tornou uma das líderes do movimento "Mães de Maio", que pede punição dos policiais que cometeram excessos durante os ataques da facção criminosa, em 2006, e exige a federalização da investigação sobre as mortes ocorridas naquele período.

Além da indenização, os familiares de Santos receberão pensão mensal (um terço de salário mínimo) desde a sua morte e o pagamento das custas de seu enterro.

Acusado de desvios, prefeito de Nova Friburgo é afastado do cargo

DO RIO - A Justiça Federal determinou ontem o afastamento temporário do prefeito de Nova Friburgo (região serrana do Rio), Dermeval Barboza Moreira Neto (PT do B), e de seu secretário de Governo, José Ricardo Carvalho de Lima.

Os dois são acusados pelo Ministério Público Federal de desviar R\$ 380 mil de verbas repassadas pelo governo federal após as chuvas que castigaram a região no início do ano e deixaram mais de 900 mortos.

Segundo a denúncia do Ministério Público, o prefeito e o secretário são responsáveis

por pagamento de serviços não executados, superfaturamento e fraude na contratação de empresa para desinsetização e desratização de hospitais e escolas públicas de Friburgo.

O prefeito afastado será substituído pelo presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo, Sérgio Xavier de Souza (PMDB).

A Secretária de Comunicação da Prefeitura de Nova Friburgo afirmou ontem que ninguém poderia falar com a reportagem sobre o afastamento a não ser o secretário, que estava ocupado em uma reunião.

08 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Edemar pede saída de promotor de Justiça

Ex-banqueiro também quer destituição do administrador da massa falida do Banco Santos

O ex-banqueiro Edemar Cid Ferreira requereu ao Ministério Público do Estado de São Paulo o afastamento do promotor de Justiça Eronides Rodrigues dos Santos, que atua no processo de falência do Banco Santos, e a destituição do administrador da massa falida, Vânio Aguiar.

Em representação criminal protocolada em setembro, Ferreira alega que o promotor permaneceu "inerte" diante de ações de Aguiar, que teria feito "acordos prejudiciais à massa falida".

Aguiar "seria um príncipe ou perdulário se não tivesse invadido a esfera do ilícito criminal", afirma peça do advogado Vicente Cascione.

O promotor afirma que o ex-banqueiro tenta obter no Ministério Público o que não conseguiu no processo que tramita na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais. Aguiar diz que os fatos foram submetidos à Justiça, em 2006, quando Ferreira desistiu de discutir sobre valores.

Santos já enviou suas justificativas ao subprocurador-geral de Justiça Sérgio Turra Sobrane. A decisão caberá ao procurador-geral de Justiça, Fernando Grella Vieira.

"Tive que esperar sete anos para tomar essa decisão, porque Aguiar foi lento, postergando as decisões judiciais", diz Ferreira. Ele recorre em liberdade de condenação a 21 anos de prisão.

"Em 2004, dizia-se que havia rombo de R\$ 2,2 bilhões no Banco Santos, mas o banco é credor de mais de R\$ 5 bilhões", afirma Ferreira.

Ele diz que a massa falida já recebeu R\$ 1,2 bilhão, deu "descontos descabidos" de cerca de R\$ 1 bilhão a alguns devedores e cobra em juízo R\$ 3,5 bilhões. Esse valor, segundo Ferreira, "foi fraudulentamente subavaliado".

Ele alega que o administrador omitiu informações sobre dívidas de grandes empresas. Acusa Aguiar de conceder "descontos descabidos" a diversos devedores.

Diz que o administrador "dolosamente" promoveu "meras ações indenizatórias", em vez de executar títulos contra empresas de que a massa é credora.

Ferreira acusa Aguiar de ter aceitado como verdadeiros valores apresentados pelos devedores. Segundo ele, a massa recebeu menos do que deveria ou poderia.

Ferreira acusa Aguiar de ter retirado de sua casa, sem ordem judicial, computadores e documentos pessoais, desligado câmeras e contratado empresa de fachada para prestar segurança. Esses fatos foram alvo de investigação sigilosa do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado).

Santos afirma que não vai falar sobre o assunto

O promotor Eronides Rodrigues dos Santos diz que a representação criminal oferecida por Edemar Cid Ferreira "é mais uma tentativa do ex-banqueiro de conseguir na Procuradoria-Geral o que não obteve no processo de falência". Segundo Santos, "o próximo passo dele é reclamar ao bispo".

O promotor diz que não vai se pronunciar sobre questões que aguardam decisão judicial. Sobre a investigação do Gaeco, diz que é o promotor natural do processo e está realizando diligências.

O administrador Vânio Aguiar diz que o assunto tratado na representação criminal "já foi julgado em definitivo pelo Tribunal de Justiça de São Paulo".

Segundo ele, os fatos que nortearam o pedido e a decretação da falência foram submetidos ao tribunal e, na ocasião, o ex-banqueiro "desistiu voluntariamente da discussão sobre os números levantados na liquidação".

"As outras questões lançadas pelo ex-administrador do banco foram levadas à aprovação ou estão sob a apreciação do magistrado que preside o processo de falência, sem levar em consideração sentença penal junto à Justiça Federal, pendente de exame do recurso de apelação."

Aguiar diz que antes de eventual pronunciamento do procurador-geral de Justiça, qualquer observação seria "precipitação e descortesia com aquela autoridade".

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

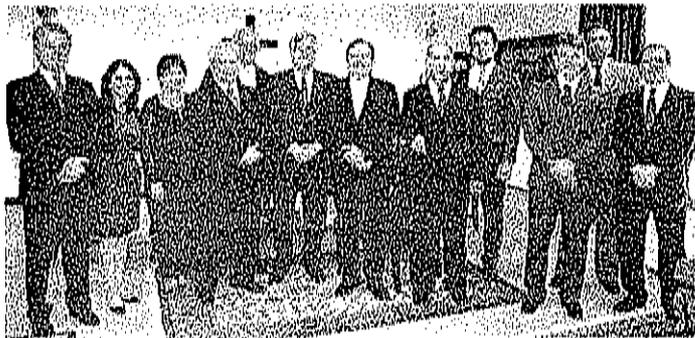
Informe Judiciário

08 NOV 2011

Fórum de Piraquara

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto; o prefeito Gabriel Samaha e os Juízes Anderson Fogaça e Alexandre Scholz conheceram na segunda-feira (31) o projeto de ampliação do Fórum de Piraquara. Em reunião realizada no Tribunal de Justiça, integrantes do Departamento de Engenharia informaram que a área do Fórum passará de 1.420 para 3.127 metros quadrados. A atual edificação será inteiramente reformada e um novo prédio de cinco andares será construído. Optou-se pela ampliação devido à boa localização do Fórum, no Centro de Piraquara. O projeto arquitetônico, bastante funcional, foi aprovado pelos magistrados que atuam naquele Foro Regional.

Visita de cortesia



Na companhia de diversos magistrados, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Henrique Nelson Calandra, acompanhado de sua esposa Lucy; e o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Gil Guerra, fizeram visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfourri Neto, momentos após o lançamento da campanha de valorização da Magistratura, na segunda-feira (31). Em clima descontraído, foram abordados diversos temas de interesse da magistratura nacional. Mais uma vez, Calandra elogiou o Tribunal do Paraná, segundo ele um dos mais operosos e bem estruturados do Brasil.

Ponto facultativo

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, decretou ponto facultativo em todas as repartições judiciárias do Estado do Paraná, no dia 14 de novembro (2ª feira). A determinação está no Decreto Judiciário nº 860/2011 do dia 28 de outubro.

Correições

A Corregedoria-Geral da Justiça realiza correição geral ordinária em todos os officios judiciais e extrajudiciais nas comarcas de Ortigueira, no dia 7 de novembro; Reserva (8); Curiúva (9); Telêmaco Borba (10 e 11); 4º Registro Cível e 16º Tabelião de Notas (22 e 23) e Marechal Cândido Rondon (28 a 30).

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

08 NOV 2011

Designação

O juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Francisco Beltrão, Maciéo Cataneo, foi designado para exercer as funções de Diretor do Fórum da comarca de Marmeleiro a partir de 11 de novembro de 2011.

Promoções

Os juízes de Direito Maurício Pereira Doutor da comarca de São João do Ivaí, Rafael Luís Brasileiro Kanayama, da comarca de Ubitatã foram promovidos pelo critério de antiguidade, respectivamente para a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial da comarca de Rio Negro e da comarca de Colorado.

Já pelo critério de merecimento a juíza de Direito da comarca de Mallet Luciana Benassi Gomes foi promovida para a Vara Cível da comarca de Castro.

Opção

As juízas de Direito Daniela Palazzo Chede atuando na comarca de Matelândia e Paula Priscila Candeeo Haddad Figueira, atuando no Foro Regional de Campina Grande do Sul, foi concedida opção, respectivamente para a Vara Criminal, da Infância e Juventude e Família da mesma comarca e para o Juizado Especial Cível e Criminal do mesmo Foro Regional da mesma comarca.

Remoções

O juiz de Direito Substituto da 2ª Seção Judiciária da comarca de Cascavel Murilo Gasparini Moreno foi removido pelo critério de antiguidade para a 1ª Seção Judiciária da comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Também pelo mesmo critério a juíza de Direito da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da comarca de Goleerê Cláudia Andrea Bertolla Alves foi removida para a 1ª Vara Criminal de Paranaguá. Já por opção e pelo critério de antiguidade o juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Foz do Iguaçu Marcos Antonio de Souza Lima foi removido para o Juizado Especial Criminal da mesma comarca.

Plantão Judiciário

Os juízes de Direito Vanessa Bassani (1º grau) e Angela Maria Machado Costa (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período 7/11/2011 a 14/11/2011. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense (18 horas) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia quando não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ acolhe recursos sobre direitos de magistrados

08 NOV 2011

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acolheu, durante a 137ª sessão de julgamento, dois recursos contra decisões de órgãos das Justiças estaduais envolvendo direitos de magistrados e de servidores que ocupam cargo de direção em associações de classe ou federações. No primeiro caso, a juíza do trabalho Cléa Maria Carvalho do Couto recorreu ao CNJ contra decisão da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 1ª Região que a impediu de comparecer à reunião da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), onde ocupa cargo de diretoria desde maio deste ano.

A magistrada havia pedido à Corregedoria autorização para participar das reuniões da Associação, mas o órgão negou a autorização, alegando não haver juiz que a pudesse substituir em determinados dias de agosto de 2011. Citando decisões anteriores do CNJ, o relator do processo, conselheiro Wellington Cabral Saraiva, votou por autorizar a participação da magistrada nas reuniões periódicas e extraordinárias da Anamatra, desde que a juíza adote medidas para evitar ao máximo dano às suas atividades jurisdicionais.

Comunicação

Segundo o relator, os afastamentos deverão ser comunicados à presidência do Tribunal e à Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 1ª Região. "Os casos de abusos ou negligência dos magistrados devem ser apurados individualmente, caso a caso, pela Corregedoria- Geral de Justiça, não podendo ser a decisão genericamente baseada em suposto prejuízo, não demonstrado, pelo afastamento da juíza no caso concreto", declarou o conselheiro.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LEGALIDADE

Lei da Ficha Limpa

volta 08 NOV 2011 à pauta de julgamentos

STF volta a analisar ações que

tratam do tema nesta quarta-feira

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve voltar a analisar nesta semana a legalidade da Lei da Ficha Limpa. As três ações que tratam do tema são os primeiros itens da pauta da próxima quarta-feira (9), mas ainda existe a chance de os processos serem retirados ou de não serem chamados para julgamento. A relatoria é do ministro Luiz Fux.

A ação principal é da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que quer a legalidade de todos os pontos da lei, a fim de que ela seja aplicada sem restrições nas eleições municipais de 2012. O PPS também entrou com uma ação para garantir a legalidade da norma no ponto que trata sobre a retroatividade, para atingir casos anteriores à edição da lei.

O terceiro processo sobre o tema, no entanto, pede que o STF declare inconstitucional uma regra da Lei da Ficha Limpa que prevê a inelegibilidade de quem foi excluído do exercício da profissão por decisão do órgão profissional competente devido a uma infração ético-profissional. Essa ação é da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL).

A OAB quer que os ministros do Supremo analisem todos os pontos da Lei da Ficha Limpa, para que os julgamentos não se limitem ao caso de cada político. Além da retroatividade da lei, outro ponto controverso é o princípio de presunção de inocência, ou seja, se a condenação por crimes em segunda instância é suficiente para tirar um político da disputa eleitoral.

Em entrevista recente, Luiz Fux disse que vai analisar todas as questões sobre o caso e que as eleições do próximo ano ocorrerão com regras claras sobre o assunto. "Eu vou julgar todas as questões, não vai ficar nenhuma dúvida. Não vai ficar pedra sobre pedra. As eleições vão se realizar com pleno esclarecimento da população sobre o que se pode ou não fazer, quem pode se candidatar e quem não pode".

A Lei da Ficha Limpa, projeto de iniciativa popular, entrou em vigor em junho do ano passado, depois de conseguir o apoio de mais de 2 milhões de brasileiros. Sua legalidade foi atestada pela Justiça Eleitoral, e a norma acabou barrando diversos políticos nas eleições de 2010. A validade da lei começou a ser analisada no

STF no ano passado, mas foi só em 2011 que a Corte decidiu que a norma deveria esperar um ano para produzir efeitos porque alterava o processo eleitoral. Vários políticos que tiveram o registro negado foram liberados e puderam tomar posse.

08 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça do Trabalho fará leilão eletrônico

A Justiça do Trabalho realizará, pela primeira vez, um leilão nacional envolvendo todos os seus tribunais. A iniciativa está prevista para acontecer em 2 de dezembro, último dia da Semana Nacional de Execução Trabalhista, a ser realizada dentro da Semana Nacional de Conciliação - promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa do leilão é do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Tem, como objetivo, fomentar medidas conjuntas para acelerar a resolução de conflitos judiciais, por meio da pacificação e a conclusão de processos e execuções.

Na prática, conforme explica-

ram os organizadores do evento, a intenção é promover um pregão nacional, no qual todos os Tribunais e Varas do Trabalho realizem alienações judiciais de bens penhorados para pagamento de dívidas trabalhistas. O processo ocorrerá por meios eletrônicos - sites dos órgãos judicantes - o que reforçará a transparência do trabalho e possibilitará a participação efetiva de toda pessoa interessada em participar do referido leilão.

Mídias Sociais

Outra novidade será a divulgação, que além das formas convencionais também contará com as redes sociais como Twitter e

Facebook, onde serão repassadas informações sobre os bens a serem leiloados e os respectivos processos, bem como os locais onde serão realizados os leilões e a forma de participação nos mesmos.

Vários tribunais já iniciaram o levantamento dos bens que serão levados ao leilão, caso do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, TRF 8, que abrange os estados do Pará e do Amapá. O tribunal tem registrados, até agora 68 diversificados, que incluem desde carros a motocicletas, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, passando também por móveis, material para escritórios, material hospitalar e até roupas femininas.

5ª Turma assegura legitimidade de sindicato em ação sobre horas extras

Com o entendimento que o sindicato possui ampla representatividade para ajuizar reclamação trabalhista na defesa dos direitos e interesses individuais ou coletivos da respectiva categoria, a Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a legitimidade do Sindicato dos Motoristas, Condutores de Veículos Rodoviários Urbanos e em Geral, Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Telêmaco Borba (Sinconvert), do Paraná, para ajuizar ação requerendo pagamento de horas extras aos profissionais que representa. A decisão foi pronunciada em recurso do Sinconvert.

Em julgamento anterior, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) havia indeferido a legitimidade do sindicato para

propor a ação. O entendimento foi o de que os direitos pleiteados não se inseriam no conceito de direito individual homogêneo, que asseguraria a legitimidade do sindicato para propor a ação coletiva. Isto porque a maioria dos direitos de cada trabalhador não decorria de uma origem comum.

Inconformado, o Sinconvert recorreu ao TST sustentando que, após a decisão que reconheceria o direito dos trabalhadores às horas extras, se seguiria a liquidação de sentença a título individual, o que demonstra que a decisão regional teria desvirtuado a norma que conceitua o direito individual homogêneo.

Ao examinar o recurso na Quinta Turma do TST, o relator, ministro Emmanuel Pereira, avaliou que a instituição sindical

tinha mesmo legitimidade para representar a categoria na ação. Isso em decorrência de o TST já ter firmado jurisprudência no sentido de que a substituição processual prevista no artigo 8º, inciso III, da Constituição da República atribui ao sindicato legitimidade para atuar na defesa dos direitos ou interesses individuais homogêneos, reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal como subespécie de interesses coletivos.

A Quinta Turma seguiu o voto do relator que, ao assegurar a legitimidade ao sindicato, determinou o retorno dos autos à Vara de origem para que julgue a ação trabalhista. A decisão foi por maioria, ficando vencido o ministro João Batista Brito Pereira, que não reconhecia a legitimidade sindical naquele caso.

08 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

Violência contra a mulher

O caso insolúvel da morte da menina Rachel Genofre foi tema de pronunciamento, ontem, na sessão da Assembleia Legislativa. A deputada Luciana Rafagnin (PT), chamou a atenção para o caso, ocorrido há três anos e ainda sem solução. A mãe de Rachel, Maria Cristina Lobo de Oliveira, acompanhou o pronunciamento na sessão da Alep. O exemplo do caso de Rachel é um dos citados pela União Brasileira de Mulheres (UBM), que desde 2009 realiza uma campanha pelo fim da violência contra mulheres e meninas. Representantes da UBM também acompanharam a sessão plenária. No Paraná, segundo dados oficiais, o número de homicídios femininos registrados saltou de 179 em 1998 para 307 em 2008.

Uniandrade

Alunos de vários cursos da Uniandrade passaram boa parte da segunda-feira numa manifestação em frente ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Eles reclamam da decisão de reintegração de posse do terreno onde está o prédio administrativo da instituição em favor da Rodobens Consórcio. Segundo a alegação da Uniandrade reforçada pelos estudantes, o terreno que deveria ser reintegrado não é o do Palácio Amélia Augusta Campos de Andrade e, sim, o do lado, que não tem construção.

EM ALTA

A ministra **ROSA MARIA WEBER** foi escolhida pela presidenta Dilma Rousseff para ocupar a 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF). Ela integra o Tribunal Superior do Trabalho (TST) desde 2006 e era um dos nomes em alta na bolsa de apostas. A ministra assumirá a vaga deixada por Ellen Gracie, que se aposentou em agosto.

08 NOV 2011

METRO

Padre é acusado de abusar de menina

A Polícia Militar de Londrina prendeu na noite de domingo um padre de 51 anos acusado de ter molestado uma criança de 7 anos em um clube da cidade. O padre teria sido flagrado por frequentadores do local e quase foi linchado. Segundo a polícia, ele deverá ser indiciado por estupro de vulnerável.

Ontem, o padre Rafael Solano, da Arquidiocese de Londrina, concedeu uma entrevista coletiva sobre o caso. Segundo ele, o acusado tinha pedido o afastamento das suas funções há um ano. Ele estaria com depressão e reavaliando se queria continuar sendo padre. "Estamos esperando o que a Justiça Civil vai dar conhecimento. E esperando que, em primeiro lugar, seja efetivada a Justiça divina", disse Solano.

Crack já afeta saúde de 64% das cidades

Levantamento divulgado ontem pela CNM (Confederação Nacional de Municípios) aponta que os serviços de saúde pública estão sendo afetados pelo consumo do crack.

Em 64% das 4.430 cidades que fizeram parte da pesquisa, a saúde foi apontada como área mais impactada pelo consumo do crack. A segurança pública é a segunda área mais afetada, seguida pela educação e assistência social.

O levantamento foi realizado entre agosto e outubro deste ano. O estudo afirma que 4.114 municípios do país enfrentam problemas com o consumo de drogas.

O Sudeste é a região com maior incidência: 1.320 cidades da região relataram problemas causados pelas drogas. Em segundo lugar ficou o Nordeste, com 1.108 cidades. Em terceiro está a região Sul, onde 678 municípios afirmaram ter problemas com drogas. ● METRO

Juiz pode participar de reuniões de entidades de classe

CONJUR

07 NOV 2011

"Os casos de abusos ou negligência dos magistrados devem ser apurados individualmente, caso a caso, pela Corregedoria-Geral de Justiça, não podendo ser a decisão genericamente baseada em suposto prejuízo, não demonstrado, pelo afastamento da juíza no caso concreto." O entendimento é do conselheiro Wellington Cabral Saraiva, do Conselho Nacional de Justiça, que analisou recurso da juíza do trabalho Cléa Maria Carvalho do Couto.

Ela não conseguiu autorização para comparecer à reunião da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), onde ocupa cargo de diretoria desde maio deste ano. A juíza pediu à corregedoria autorização para participar das reuniões da Associação, mas o órgão negou a autorização, alegando não haver juiz que a pudesse substituir em determinados dias de agosto de 2011.

Agora, o relator do processo no CNJ votou por autorizar a participação da juíza nas reuniões periódicas e extraordinárias da Anamatra, desde que ela adote medidas para evitar ao máximo dano às suas atividades jurisdicionais. Ele determinou que os afastamentos sejam comunicados à presidência do Tribunal e à Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Rio de Janeiro).

Além desse recurso, o CNJ acolheu outro envolvendo direitos de servidor que ocupa cargo de direção de federação. O servidor Márcio Luís Andrade Souza, do Tribunal de Justiça do Maranhão, hoje é secretário de finanças da Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário nos Estados (Fenajud), o sexto na hierarquia da entidade, interpôs recurso contra a revogação de sua licença remunerada para cumprimento de mandato sindical.

No entendimento da maioria dos conselheiros, a Constituição do Estado do Maranhão garante a manutenção da remuneração aos diretores de organismos sindicais, incluindo as federações. A decisão do CNJ torna sem efeito a revogação da licença remunerada do servidor. Com informações da Assessoria de Comunicação do CNJ.

STJ autoriza multa por atraso mesmo sem citação

CONJUR 07 NOV 2011

A falta de citação permite que a execução iniciada sob regime anterior prossiga com base na lei nova. Com esse entendimento, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça considerou aplicável a multa de 10% por atraso de pagamento determinado judicialmente, prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil, mecanismo criado para diminuir a inadimplência. O caso foi levado ao colegiado por uma empresa de construção contra o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc).

De acordo com o dispositivo, “caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no artigo 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação”.

O banco foi condenado a pagar à empresa cerca de R\$ 277 mil. O trânsito em julgado dessa sentença e o protocolo da ação de execução ocorreram antes de 22 de junho de 2006, quando entrou em vigor a Lei 11.232, de 2005 — que instituiu a execução como fase adicional do processo de conhecimento e criou a multa do artigo 475-J.

No período de vigência da Lei 11.232, o banco ainda não havia recebido a citação. Por isso, a empresa credora pediu que a execução fosse processada de acordo com as novas regras. O juiz, levando em conta a regra do CPC segundo a qual as leis processuais têm eficácia imediata desde sua entrada em vigor, atendeu ao pedido e determinou a intimação do devedor para que cumprisse a sentença, informando que a multa do artigo 475-J incidiria após o decurso do prazo.

Em sua defesa, a instituição financeira alegou que a multa não se aplicaria ao caso, pois a lei que a instituiu só entrou em vigor depois de a sentença transitar em julgado. Mas os argumentos não foram aceitos nem em primeira, nem em segunda instância.

Ao analisar o recurso apresentado ao STJ, o ministro Luís Felipe Salomão, considerou que, como ainda não havia ocorrido o efeito prático da condenação, todos os instrumentos legais disponíveis para julgadores e as partes para fazer valer o julgado podem e devem ser utilizados. “O processo é instrumento por meio do qual a jurisdição opera com vistas a eliminar conflitos e realizar a justiça no caso concreto. Não é estático, desenvolvendo-se de modo sequencial e progressivo”, afirmou.

De acordo com o ministro, é importante “delimitar a partir de que momento ou até quando é cabível aceitar a incidência da nova lei” se a execução começou sob a vigência da legislação anterior. Caberia ao juiz, avaliando cada caso, decidir se a multa é ou não aplicável.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR 07 NOV 2011

Ressalvando esse último ponto, o ministro disse que esse critério “gera insegurança jurídica, face à abertura de um leque de possibilidades processuais subjetivas, quando em verdade o procedimento adotado deve ser único e aplicável a todos que se encontrem na mesma situação processual”.

Segundo o relator, “há que levar em conta a citação do executado, no âmbito do sistema de execução anterior, para se caracterizar como vedada a aplicação da nova lei”. Assim, a citação “é o marco que deve servir de apoio à aplicabilidade ou não da multa do artigo 475-J do CPC a processo de execução iniciado sob a vigência da legislação anterior”.

Com informações da Assessoria de Comunicação do STJ.

Idosos conseguem o afastamento dos dois filhos adultos

CONJUR 07 NOV 2011

"As regras da experiência ensinam que, quando não mais presentes o afeto e compreensão mútuas em uma convivência, insuportável se torna a vida em comum, existindo o risco de agressões e discussões no seio da família." O comentário é do juiz Marcos Alexandre Santos Ambrogí, da 4ª Vara Cível de Mogi das Cruzes (SP), que determinou o afastamento do lar de dois filhos adultos por ofenderem seus pais e exigirem dinheiro para comprar drogas e álcool.

Com a decisão, os filhos só poderão retornar à casa dos pais com a autorização escrita deles e deverão guardar uma distância de, no mínimo, 100 metros. Em caso de descumprimento, foi determinada multa de R\$ 5 mil por infração e eventuais medidas penais e processuais cabíveis, incluindo a prisão preventiva.

O juiz concluiu que "demonstrado nos autos as agressões verbais, ameaças e danos ocasionados à morada dos idosos e sendo opção destes morarem sozinhos, de rigor a manutenção do afastamento dos réus do lar comum". A sentença foi pautada pelo Estatuto do Idoso, a Lei 10.741, de 2003. De acordo com o artigo 37, "o idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada".

Os filhos dos idosos são também acusados de quebrar objetos no interior da residência, tornando o convívio insuportável. O caso chegou ao Judiciário por meio do Ministério Público. Segundo o parquet, os idosos se encontravam em situação de risco. A sentença lembra, citando os artigos 3º e 4º do Estatuto, que "é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação, dentre outros, do direito à vida, à saúde, à liberdade, à dignidade e ao respeito, sendo certo que nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão".

PARANÁ ONLINE

**Informativo
Judiciário**

Tribunal de Justiça do Paraná

05 NOV 2011

Fórum de Piraquara

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourj Neto; o prefeito Gabriel Samaha e os juízes Anderson Fogaça e Alexandre Scholz conheceram na segunda-feira (31) o projeto de ampliação do Fórum de Piraquara. Em reunião realizada no Tribunal de Justiça, integrantes do Departamento de Engenharia informaram que a área do Fórum passará de 1.420 para 3.127 metros quadrados. A atual edificação será inteiramente reformada e um novo prédio de cinco andares será construído. Optou-se pela ampliação devido à boa localização do Fórum, no Centro de Piraquara. O projeto arquitetônico, bastante funcional, foi aprovado pelos magistrados que atuam naquele Foro Regional.

Visita de cortesia

Na companhia de diversos magistrados, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Henrique Nelson Calandra, acompanhado de sua esposa Lucy; e o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Gil Guerra, fizeram visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfourj Neto, momentos após o lançamento da campanha de valorização da Magistratura, na segunda-feira (31). Em clima descontraído, foram abordados diversos temas de interesse da magistratura nacional. Mais uma vez, Calandra elogiou o Tribunal do Paraná, segundo ele um dos mais operosos e bem estruturados do Brasil.

Ponto facultativo

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourj Neto, decretou ponto facultativo em todas as repartições judiciárias do Estado do Paraná, no dia 14 de novembro (2ª feira). A determinação está no Decreto Judiciário nº 860/2011 do dia 28 de outubro.

Correições

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

PARANÁ ONLINE

A Corregedoria-Geral da Justiça realiza correição geral ordinária em todos os escritórios judiciais e extrajudiciais nas comarcas de Ortigueira, no dia 7 de novembro; Reserva (8); Curitiba (9); Telêmaco Borba (10 e 11); 4º Registro Cível e 16º Tabelião de Notas (22 e 23) e Marechal Cândido Rondon (28 a 30).

05 NOV 2011

Designação

O juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Francisco Beltrão, Maciéo Cataneo, foi designado para exercer as funções de Diretor do Fórum da comarca de Marmeleiro a partir de 11 de novembro de 2011.

Promoções

Os juizes de Direito Maurício Pereira Doutor da comarca de São João do Ivaí, Rafael Luís Brasileiro Kanayama, da comarca de Ubitatã foram promovidos pelo critério de antiguidade, respectivamente para a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial da comarca de Rio Negro e da comarca de Colorado.

Já pelo critério de merecimento a juíza de Direito da comarca de Mallet Luciana Benassi Gomes foi promovida para a Vara Cível da comarca de Castro.

Opção

As juízas de Direito Daniela Palazzo Chede atuando na comarca de Matelândia e Paula Priscila Candeeo Haddad Figueira, atuando no Foro Regional de Campina Grande do Sul, foi concedida opção, respectivamente para a Vara Criminal, da Infância e Juventude e Família da mesma comarca e para o Juizado Especial Cível e Criminal do mesmo Foro Regional da mesma comarca.

Remoções

O juiz de Direito Substituto da 2ª Seção Judiciária da comarca de Cascavel Murilo Gasparini Moreno foi removido pelo critério de antiguidade para a 1ª Seção Judiciária da comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Também pelo mesmo critério a juíza de Direito da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da comarca de Goioerê Cláudia Andrea Bertolla Alves foi removida para a 1ª Vara Criminal de Paranaguá. Já por opção e pelo critério de antiguidade o juiz de Direito da 3ª Vara Cível

CONTINUA

CONTINUAÇÃO PARANÁ ONLINE

da comarca de Foz do Iguaçu Marcos Antonio de Souza Lima foi removido para o Juizado Especial Criminal da mesma comarca.

05 NOV 2011

Plantão Judiciário

Os juízes de Direito Vanessa Bassani (1º grau) e Angela Maria Machado Costa (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período 7/11/2011 a 14/11/2011. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense (18 horas) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia quando não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767